

Reunião confirma acordo entre a Funai e a Igreja

Da Sucursal de
BRASÍLIA

Pela segunda vez neste ano, o presidente da Fundação Nacional do Índio, general Ismarth de Araujo Oliveira, participará de um encontro com missionários católicos, para debater problemas indígenas. Amanhã, acompanhado do presidente do Conselho Indigenista Missionário, padre José Vicente Cesar, o general estará em Merurú, em Mato Grosso, confirmando o bom relacionamento que vem sendo mantido entre Funai-Missões, no atual governo.

Passado o susto inicial dos missionários com a perspectiva da nova administração da Funai limitar suas atividades junto aos índios — já que houve um veto presidencial no dispositivo do Estatuto do Índio que reconhecia o trabalho das missões religiosas e científicas nas aldeias — missionários e técnicos da Funai têm mantido constantes contatos para a elaboração de programas conjuntos de desenvolvimento das comunidades indígenas.

Da parte da Funai, com exceção de alguns técnicos, como o diretor do Museu do Índio, professor Ney Land, que sempre faz críticas severas às atividades dos missionários, "mais preocupados em salvar almas do que propriamente assistir ao índio", o trabalho das missões é considerado como de fundamental importância pelos técnicos da Funai, especialmente na região norte da Amazônia. Ali, se concentram os grupos indígenas mais representativos, como é o caso do alto Rio Negro, onde a população índia é de 20.000 pessoas. Nessas áreas as Missões dispõem de uma infra-estrutura bem montada, com hospitais, escolas etc. Caso a Funai decidisse assumir sozinha a assistência a esses índios, enfrentaria grandes dificuldades não só de ordem material, mas especialmente pela falta de pessoal qualificado como atendentes, professores e técnicos indígenas.

No caso específico da Perimetral Norte, onde existe o maior número de índios do país, em diversos graus de aculturação, a presença da Fundação só se fez sentir a partir da divulgação da abertura da nova rodovia. Daí para cá, a Funai desencadeou um amplo programa de levantamento dos grupos indígenas encontrados na área pois os dados eram obsoletos, como reconheceu o próprio ministro do Interior, Rangel Reis.

ziza o documento: "urge rever as atitudes dos que trabalham entre indígenas e corrigi-las, no sentido de partir dos valores culturais, religiosos e sociais dos índios para encaminhar um processo de crescimento cultural, evitando sincretismos; encaminhar trabalhos para estruturar a evange-

lização dos indígenas, baseando-se no axioma de que a mensagem cristã deve encarnar-se na cultura daquele povo, e não deve ser vinculada apenas com a roupagem europeizada".

A partir dessas definições, aliadas à criação do Conselho Indigenista Missionário, a aproximação com o órgão de pro-

teção ao índio só teve que esperar pelo término da gestão Bandeira de Mello, que se irritava com os missionários em decorrência de suas constantes críticas ao problema de invasão de terras indígenas e ineficiência da Funai em seu trabalho.

O novo presidente da Funai,

desde o início de sua administração, demonstrou boa vontade para buscar o bom relacionamento com a igreja. O presidente do Cimi, por sua vez, transformou-se em frequentador assíduo do gabinete do presidente da Funai e tem sido o elo de ligação do general com a ala mais rebelde de mis-

sionários que ainda tem restrições à política indigenista do governo.

Na opinião dos observadores, tanto missionários como Funai precisam trabalhar em estreita colaboração, pois se, de um lado, a fundação não pode dispensar a colaboração das missões religiosas que atuam na

Amazônia por não dispor de recursos e pessoal especializado para assumir sozinha essa tarefa, de outro os missionários precisam da Funai, pois o Estatuto do Índio deixou bem claro que a ela caberá a responsabilidade de conduzir os programas de assistência ao índio brasileiro.